

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DESENHO INDUSTRIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM ARTES HÍBRIDAS**

ANDRÉ RIBEIRO DANIEL

**PARANISMO, PASSADO E PRESENTE:
análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas
consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA
2016

ANDRÉ RIBEIRO DANIEL

**PARANISMO, PASSADO E PRESENTE:
análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas
consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Artes Híbridas do Departamento Acadêmico de Desenho Industrial – DADIN – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Maurini de Souza

CURITIBA
2016

TERMO DE APROVAÇÃO

PARANISMO, PASSADO E PRESENTE: análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba
por

ANDRÉ RIBEIRO DANIEL

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Artes Híbridas pelo Curso de Especialização em Artes Híbridas do Departamento Acadêmico de Desenho Industrial da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A banca examinadora considerou o trabalho aprovado.

Profa. Dra. Maurini de Souza (UTFPR) – Orientadora

Profa. Dra. Edna da Silva Polese (UTFPR)

Prof. Dr. Ismael Scheffler (UTFPR)

Curitiba, Maio de 2016.

A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso.

*Ao grupo Nuspartus, por todo ensinamento e fortalecimento.
Isso tudo começou com vocês: vida longa e axé.*

RESUMO

DANIEL, André Ribeiro. **Paranismo, passado e presente:** análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba. 2016. 35f. Monografia (Especialização em Artes Híbridas) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

Esta pesquisa se propõe a analisar – por meio da Análise de Discurso Francesa, representada por Pêcheux (1997), compartilhada por Orlandi (1998) – o discurso do Manifesto Paranista, documento porta-voz dos ideais do Paranismo, movimento regionalista que arquitetou a identidade e os símbolos para o Paraná pós-emancipação. Posteriormente, através de entrevistas com artistas da cidade, apresenta reflexões sobre as ressonâncias desse movimento na Curitiba do século XXI e no fazer artístico com foco nas manifestações das culturas populares.

Palavras-chave: Paranismo. Análise de Discurso. Cultura popular.

ABSTRACT

DANIEL, André Ribeiro. ***Paranismo, past and present***: discourse analysis of the Manifesto Paranista and reflections on its consequences on the making of popular art today in Curitiba. 2016. 35f. Monografia (Especialização em Artes Híbridas) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

This paper aims to analyze the speech *Manifesto Paranista*, spokesman document for the ideals of *Paranismo*, regionalist movement that engineered the identity and symbols for the post-emancipated Paraná. The theoretical basis is the French Analysis of the Discourse, represented by Pêcheux (1997), shared by Orlandi (1998). After that, through interviews with artists from Curitiba, it presents reflections about the resonances of this movement on the actual city and the artistic work focused on expressions of popular cultures.

Keywords: *Paranismo*. Discourse Analysis. Popular culture.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DESENVOLVIMENTO.....	10
2.1 O Paranismo ou Movimento Paranista.....	10
2.2 A Análise de Discurso de Pêcheux e Orlandi.....	13
2.3 Análise discursiva do Manifesto Paranista.....	15
2.4 Ontem e Hoje: reflexões sobre as consequências do Paranismo no fazer artístico popular hoje.....	20
3. CONSIDERAÇÕES.....	29
REFERÊNCIAS.....	30
ANEXOS.....	32

1. INTRODUÇÃO

Sendo o Paranismo um fato histórico, social e político diretamente ligado à arte e à criação da identidade do estado do Paraná, não há como dissociá-lo do presente. Olhar para o passado ajuda a compreender o presente, a constituição das formações sociopolíticas, as relações de poder existentes.

O objeto de análise deste trabalho é o Manifesto Paranista, escrito por Romário Martins, publicado em 1927, no Programa Geral do Centro Paranista. A escolha se dá por este manifesto ser um documento porta-voz do Paranismo, que concentra seus ideais e objetivos. Ana Beatriz de Paiva Barroso (2007) pontua que manifesto é um “tipo de comunicação escrita com características muito específicas” (p. 157) que tem como função levar ao grande público, novos conceitos e ideais pensados por um pequeno grupo.

A utilização da teoria da Análise de Discurso de Michel Pêcheux (1997), compartilhada pela pesquisadora brasileira Eni Orlandi (1998), como ferramenta auxiliadora na compreensão das questões que envolvem ideologia e silenciamento, possibilita outros olhares e uma nova compreensão das relações já naturalizadas. Partindo da análise discursiva do Manifesto Paranista, este estudo pretende investigar as possíveis origens da construção ideológica de Curitiba como uma cidade branca, europeia e rica (GARCIA, 1997. p. 69) e como essa construção – e sua manutenção – silencia as populações negras e as questões indígenas.

Existem estudos sobre o Paranismo na perspectiva das suas contribuições para a arte, para a criação dos símbolos do estado, para o registro e historiografia paranaense, que não problematizam as questões de exclusão e silenciamento presentes na ideologia deste movimento. Geraldo Leão Veiga de Camargo (2007) e Alessandro Batistella (2012), pensadores que serviram como base da presente pesquisa, apresentam uma visão sociológica e crítica sobre as questões ideológicas apresentadas pelo Paranismo, pensando quais grupos étnicos o movimento privilegia, e, conseqüentemente, quais ele exclui. “A ideologia elitista do Paranismo impõe uma violência simbólica a alguns grupos étnicos, sobretudo os afrodescendentes e os indígenas, que são simplesmente excluídos da história local e destituídos do direito à memória”, aponta Batistella (2012. p. 11), afirmando também, em sua teoria, que o Paranismo impõe “uma homogeneização identitária e cultural que, na verdade, representa a história/memória e a identidade das elites que

o inventaram” (p.11). Esses argumentos incitam a pesquisa, instigam à análise discursiva do manifesto e a investigação dos elementos ideológicos que o compõe.

A primeira etapa deste trabalho consiste em compreender o Paranismo. Neste primeiro momento, apresenta-se a literatura sobre Paranismo, Camargo (2007) e Batistella (2012), que fundamentam esta fase da pesquisa. Durante a execução desta etapa, encontrou-se dificuldade no acesso ao documento do Manifesto Paranista. Na internet existem teses, dissertações e artigos que fazem citações de trechos do manifesto, mas não trazem o documento em sua integralidade. A segunda etapa é o estudo da teoria da Análise de Discurso de Pêcheux (1997), assim como sua utilização em Orlandi (1998). A terceira etapa é a realização da análise discursiva do manifesto Paranista, buscando compreender sua ideologia e investigar seus silenciamentos. A quarta etapa é a realização de uma pesquisa qualitativa, em entrevistas com artistas da cidade de Curitiba que trabalham com a estética e pesquisa das culturas populares. O objetivo final é de identificar o quanto as ideias relacionadas às etnias africanas e a folclorização romântica do indígena, presentes no manifesto, ainda são vigentes e ressoam nas questões que envolvem o fazer artístico de raízes populares na cidade de Curitiba.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Paranismo ou Movimento Paranista

Após a emancipação política do Paraná, em 1853, e sua posterior oficialização como estado – o território paranaense, até então, pertencia à Província de São Paulo –, artistas, pensadores, historiadores e a elite intelectual da época se preocuparam em construir uma identidade para o novo estado que surgia. Segundo Camargo (2007, p. 08), “um processo persistente que procurou elaborar uma visão simbólica diferenciada da nova província em relação às outras regiões do Brasil e que se define também por sua interpretação das formas modernas em arte”.

Um dos principais líderes desse movimento, intitulado Paranismo, foi o jornalista Alfredo Romário Martins. Escritor e historiador autodidata, Romário Martins era influente nos meios políticos e figura conhecida da imprensa. Trabalhou, no final do século XIX, como redator na *Revista do Clube Curitibano*, “órgão das elites luso-brasileiras locais” (CAMARGO, 2007, p. 15), o que o colocou no contato com os formadores de opinião e a elite intelectual paranaense. Também se deve a ele a aderência dos artistas ao movimento Paranista:

Os artistas plásticos ligados ao Paranismo, oriundos de famílias operárias de origem imigrante, não dispunham de possibilidades de ascensão social e profissional independente. Necessitavam, para isto, da ajuda do Estado, intermediada por intelectuais como Romário Martins, para completarem sua formação ou para encomendas de sua produção. Esta dependência das instituições oficiais tinha a contrapartida da necessidade urgente, pelas instituições, da contribuição dos adventícios para o estabelecimento das imagens de identidade do Paraná que se diferenciava da província de origem, São Paulo, e do resto do país, em cuja composição política precisava se estabelecer. (CAMARGO, 2007, p. 15)

Romário Martins foi também o autor do livro *História do Paraná*, publicado em 1899 e legitimado, na época, como a história oficial do estado. Segundo Camargo (2012), nesta historiografia, Martins define como povos formadores do estado do Paraná a “miscigenação positiva do índio romântico e do herói português” (p. 12), os povos africanos seriam “esquecidos”, sendo-lhes negada a sua participação e contribuição na formação do estado. Iurkiv (2002) aponta que Martins, reconhece “a passagem do negro pela nossa formação histórica”, embora

argumente que o mesmo está em “progressivo decréscimo percentual” (p. 131).

Com base no cientificismo e os ideais eugenistas, que consideravam o negro, entre outras etnias, como uma “raça inferior”, Romário Martins, em seu livro, silencia as populações negras que havia no Paraná, justificando sua baixa “proliferação” no novo estado por motivos genéticos.

Em 1890, primeiro recenseamento feito sob o regime republicano e último em que se investigou a tonalidade pigmentária dos brasileiros, a população paranaense era de 249.491 habitantes, sendo 5,17 por cento o coeficiente do (sic) negros, uma das três menores porcentagens dentre as de todos os Estados. (...) Em 14 anos o aumento foi de apenas 1.560 negros e seus mestiços, o que demonstra a pouca *proliferação* de ambos e a sua curta vida nas altitudes mais elevadas como as nossas, circunstâncias essas motivadas pela pouca resistência dos órgãos respiratórios dos mulatos. (MARTINS apud CAMARGO, 2007, p. 50)

O que não se levou em conta, na afirmação de Martins, é que os recenseamentos não alcançavam as periferias das cidades, locais em que os negros habitavam, não só no caso do Brasil, como também em toda a América Latina (SANTIAGO, 2003. p. 88-89).

Em 1927, buscando a consolidação e a oficialização dos ideais paranistas, Romário Martins, juntamente com dois órgãos presentes na cidade de Curitiba – o Instituto Histórico e a Sociedade de Agricultura – funda o Centro Paranista. Neste mesmo ano, publica no *Programa Geral do Centro Paranista*, um manifesto intitulado “Paranismo”. O novo Manifesto Paranista convoca os paranaenses para aderirem ao novo órgão, mas explicita qual o perfil desse cidadão convidado.

Não queremos a adesão dos incapazes nem dos egoístas. Eles são os entraves do progresso e da civilização, - o peso morto da humanidade. Também não solicitamos dos nossos concidadãos apenas a cooperação pecuniária, mas também e sobre tudo a colaboração moral, intelectual e cívica. [e continua em corpo maior:] Quem não tiver pelo Paraná uma sincera afeição e não for capaz de um esforço pelo seu progresso, não deve se alistar entre os sócios do Centro Paranista (MARTINS, 1927. p. 01)

O projeto de consolidação do Paranismo continua nas décadas seguintes do século XX, e logo, após um mês da publicação do Manifesto Paranista, surge outra revista que ajudaria a disseminar e fixar os ideais paranistas no imaginário coletivo e institucional do Paraná: a *Revista Ilustração Paranaense*. Criada pelo fotógrafo e Jornalista João Baptista Groff em 1927, a revista porta-voz do movimento Paranista, contava com a colaboração dos intelectuais da época e era uma vitrine artística,

publicando desenhos, gravuras, esculturas e pinturas de artistas como Alfredo Andersen, João Turin, Lange de Morretes e Arthur Nísio.

Segundo Batistella (2012), a revista teve forte contribuição na popularização dos símbolos paranaenses eleitos pelo movimento – o pinheiro e o pinhão –, assim como na construção de slogans e mitos da capital paranaense que se cristalizaram ao longo dos anos em campanhas publicitárias e no marketing da cidade. “Fomentou-se uma imagem (...) eurocêntrica de Curitiba – 'Curitiba, a cidade mais europeia do Brasil'; 'a Capital de Primeiro Mundo'; 'a Capital Modelo', entre outros –, cujo clima, inclusive, é parecido com o europeu.” (BATISTELLA, 2012). Em 1953, centenário da emancipação política do Paraná e cinco anos após a morte de Romário Martins, seu livro *História do Paraná* foi adotado na rede de ensino das escolas do estado.

Uma nova historiografia do Paraná é publicada em 1955, por Wilson Martins. Intitulada *Um Brasil Diferente*, ela também carrega os ideais paranistas – ideologia, símbolos, mitologia – porém com um ponto de dissonância da, até então, única história escrita do Paraná. Batistella (2012) observa que enquanto Romário Martins citava uma presença inicial de “pequenas populações” negras em declínio no Paraná e utilizava o mito do “bom selvagem” para romantizar a presença indígena, Wilson Martins elimina de vez a participação africana e indígena “e até mesmo os luso-brasileiros”. Nessa nova historiografia, Wilson Martins faz crer que o Paraná seria um estado que se diferenciaria de todos os outros estados brasileiros por sua “nobre formação” europeia.

Dessa forma, o Paraná seria “um Brasil diferente” por não ter conhecido a existência da escravidão e por ter sido colonizado por europeus (alemães, italianos, ucranianos e poloneses – os verdadeiros formadores do povo paranaense), que se adaptaram perfeitamente ao clima ameno do estado, onde puderam trabalhar e, conseqüentemente, contribuíram para o advento do progresso e da civilização. (BATISTELLA, 2012, p. 10)

Batistella (2012, p. 10) aponta que “o trabalho de Wilson Martins foi fundamental para consolidar uma autoimagem do Paraná, e particularmente, de Curitiba, como um local europeizado e, sobretudo, branco”. A linha ideológica do Paranismo, seus elementos simbólicos, mitos, slogans e ideias centrais, ainda hoje, são vistos na comunicação e identidade visual, arquitetura, urbanismo, monumentos e no discurso das instituições públicas da capital paranaense.

2.2 A Análise de Discurso de Pêcheux e Orlandi

Nesta pesquisa será empregada a linha da Escola Francesa de Análise de Discurso, utilizando a proposta de Pêcheux, compartilhada por Orlandi. Orlandi (1998), num apanhado histórico, aponta que estudos preliminares e precursores, que deram possibilidades para o surgimento da Análise de Discurso, foram iniciados por Bréal ainda no século XIX e, posteriormente, pelos formalistas russos, nos anos 20/30 do século XX. A autora também aponta, como ruptura e abertura para os novos estudo sobre discurso, o tratamento dado ao texto que, em vez de perguntar “o que esse texto significa?” – levando em conta apenas a materialidade do texto, sem se ater ao seu exterior, suas condições de produção – se preocupa com a questão “como esse texto significa?” (p. 17).

Como novo campo de conhecimento, a Análise de Discurso se inicia nos anos 60 do século XX, filiando-se – porém questionando e opondo-se ao mesmo tempo – a outras três áreas de conhecimento: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialidade relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 1998, p. 20)

A Análise de Discurso tem como objeto de estudo a materialidade, a constituição e os efeitos do discurso. Ela procura compreender o processo de criação de sentidos, levando em consideração a constituição do sujeito do discurso, sua formação ideológica e discursiva, as teias de outros discursos que formam o discurso, suas contradições, silenciamentos, memória e ideologia. Orlandi (1998) afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (p. 17). Ainda sobre essa relação entre discurso e ideologia na teoria da autora:

Assim como, parafraseando a Psicanálise, se pode considerar que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, na Análise de Discurso,

consideramos que a ideologia se materializa na linguagem. Ela faz parte do funcionamento da linguagem. É assim que a Análise de Discurso permite compreender a ideologia – e o seu funcionamento imaginário e materialmente articulado ao inconsciente – pelo fato mesmo de pensá-la fazendo intervir a noção de discurso. (ORLANDI, 1998. p. 96)

O conceito de interdiscurso (Orlandi, 1998. p. 33 e 34) surge aqui para contribuir nesta compreensão. Pensando o indivíduo como um sujeito constituído por uma teia de discursos assimilados, que já perderam a autoria e são tidos como originais, dando a falsa impressão de partirem do próprio sujeito (o interdiscurso) e a necessidade de criar sentidos, dentro dessa coerência, que soam como “evidentes, como se eles já estivessem sempre lá” (p. 46), a ideologia é inerente à interpretação e à apreensão de sentidos.

A noção de condições de produção também é fundamental na análise discursiva. Segundo Orlandi (1998. p. 30) as condições de produção do discurso “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” e remetem, em sentido estrito, às condições da enunciação. Em sentido amplo, elas incluem todo o contexto social, histórico e ideológico em que está inscrito o discurso. Nesta perspectiva

A significação relaciona-se, além das questões levantadas pela linguística textual, às relações históricas e também políticas e suas consequências em um momento histórico e social específico, uma vez que qualquer discurso é produzido em um panorama de alguma relação de poder. (SOUZA e SILVA, 2013. p. 181)

Se o que é dito no discurso se faz inscrito em um contexto sócio-político e ideológico, o que não é dito também faz parte da mesma filiação de sentidos e dialoga com essas relações de poder. Orlandi (1998) considera que “há sempre no dizer um não dizer necessário. Quando se diz 'x', o não-dito 'y' permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de 'x'”. Todo discurso traz consigo um posicionamento ideológico: filia-se a esse discurso, essas palavras, esses códigos, negando uma infinidade de outros. Neste trajeto do dito e do não-dito na análise de discurso, Orlandi (1993) chega ao conceito de silêncio, cindido em duas formas:

Desse modo distinguimos o silêncio fundador (que, como dissemos, faz com que o dizer signifique) e o silenciamento ou política do silêncio que, por sua vez, se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não-dizer: se digo “sem medo” não digo “com coragem”) e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido de dizer em uma certa conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa ditadura não se diz a palavra ditadura não porque não se saiba, mas porque não se pode dizê-lo). As relações de poder em uma

sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc. (ORLANDI, 1998. p. 83)

Em outras palavras, Orlandi (1993) conclui que “o silêncio faz parte da constituição do sujeito e do sentido” (p. 87) e tem tanta importância no discurso quanto o que é dito. Esses serão os pressupostos utilizados na análise a seguir.

2.3 Análise discursiva do Manifesto Paranista

Este estudo se propõe, nesta etapa, a realizar uma análise discursiva de um dos documentos centrais dos ideais paranistas, o Manifesto Paranista, presente no *Programa Geral do Centro Paranista* de 1927. O estudo se realizará partindo dos três conceitos da Análise de Discurso de Pêcheux (1997) e Orlandi (1998), apresentados anteriormente: Relação discurso e ideologia; Condições de produção e Interdiscurso; O dito, o não dito e o silêncio.

O conceito de manifesto é utilizado tanto na política – como o *Manifesto Comunista (1848)* – quanto na arte – *Manifesto Futurista (1909)*, *Manifesto Surrealista (1924)*, *Manifesto Antropófago ou Antropofágico (1928)*. Barroso (2007) pontua que esse “tipo de comunicação escrita com características muito específicas” (p. 157) tem como função levar ao grande público, novos conceitos e ideais pensados por um pequeno grupo. Popularizar e expandir novas ideias.

Assim, um manifesto é um documento porta-voz de ideais, um documento de forte caráter ideológico. Porém, na perspectiva da Análise de Discurso proposta por Pêcheux/Orlandi, todo discurso é ideológico. Como já dito, não há sujeito ou discurso sem ideologia, pois esta é constituinte de sujeito e discurso (Orlandi, 1998, p. 46). Para Orlandi “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (p. 09); segundo ela, “um dos pontos fortes da Análise de Discurso é ressignificar a noção de ideologia” levando em conta a questão da linguagem (p. 45).

Se pensarmos a ideologia a partir da linguagem, e não sociologicamente, podemos compreendê-la de maneira diferente. Não a tratamos como visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação. (...) a ideologia se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa.

(ORLANDI, 1998. p. 96)

Atribuir sentido ou interpretar um discurso também é possível pela formação ideológica dos sujeitos. Escolhe-se x ou y sentido como possível e lógico, negando todas as outras possibilidades de diferentes sentidos que o objeto do discurso pode ter, por x ou y ser coerente com tal formação ideológica.

A Análise de Discurso traça um caminho de dessuperficialização do texto, tratando-o não como um objeto linguístico, mas como objeto discursivo, desfazendo os efeitos ilusórios, como diz Orlandi (1998. p. 77), de que o que foi dito só poderia ser dito desse modo (o modo utilizado).

Para compreender a materialidade do discurso presente no Manifesto Paranista, fizemos esse caminho partindo das indicações apresentadas pelo texto, e selecionamos as palavras/conceitos mais recorrentes no documento, excetuando-se “Paraná”, “Paranismo”, “paranista(s)” e palavras estruturais do texto. O resultado é o seguinte: **ethno/ethnico(a)**, que aparece 8 vezes no texto; **progresso** e **ideal(ais)**, que aparecem 5 vezes, cada uma, no texto; **trabalho**, **civilização** e **futuro**; que aparecem 4 vezes, cada uma, no texto, **liberal(ais)**, que aparece 3 vezes no texto.

A palavra **ethno/ethnico(a)** (relativo a etnia, grafia da época) como o conceito mais representado no texto, aponta para diferentes pontos de análise discursiva. O discurso do Manifesto Paranista faz referência direta à Eugenia, teoria criada pelo antropólogo inglês Francis Galton em 1883, que defendia a ideia de superioridade de raças em detrimento de outras, tidas como “degeneradas”. O discurso eugenista levou ao ideal de uma raça pura e de uma suposta higienização racial, que melhoraria a raça humana, teoria que originou o pensamento nazista.

Diante do futuro, escreveu João Ribeiro, <<estamos como aquele pintor inepto de que fala Cervantes no *D. Quixote*, o qual não sabia bem o que lhe dariam os pincéis e a palheta>>

– <<*Que é que V. mercê está pintando? É uma onça ou uma pessoa?*>>

– <<*Eu mesmo não sei, (respondeu elle). É o que sahir*>>

Creemos nós, porém, para satisfação do nosso amor ao Brasil e ao Paraná, que das matrizes ethnicas do paranaense de hoje não sahirá a onça, mas o homem: o paranaense do futuro, com o eugenia de todas as raças e com os sentimentos altos e generosos de nossa primeira formação histórica, para pôr ao serviço da humanidade todas as immensuraveis forças e riquezas naturaes do nosso territorio e realizar o typo ideal do paranista, – da vontade realizadora, da cooperação fraternal, da cultura generalizada, da beleza physica e moral, – de um Paraná erguido no ápice de sua própria grandeza. (MARTINS, 1927. p. 04)

Na citação, extraída do Manifesto Paranista, Martins utiliza-se de outros conceitos biológicos ligados ao eugenismo como “typo ideal” do paranaense do futuro que viria ainda melhor e com “belleza physica e moral”, além de formações como “peso morto da humanidade”, “realizações superiores da inteligência e dos sentimentos”, “cepas” (termo da genética que denomina família de descendentes com ancestral comum).

Aponta-se para uma primeira contradição do discurso. O texto faz uso do termo cosmopolita – o manifesto afirma ser Curitiba “a cidade mais cosmopolita do Brasil” –, do termo brasilidade e traz frases conclusivas, contidas no último parágrafo, como: “Nós todos que constituímos a sociedade paranaense, sem distincção de origem (...) em nada importam as nossas origens ethnicas; o que importa (...) é que a amemos [a terra paranaense] com sinceridade”. Ou seja, o autor aponta para certo interesse em falar para todas as etnias presentes, toda população paranaense. Em uma análise direta dessa contradição (sentido desejado do discurso versus sentidos produzidos), tendo em conta o não-dito que se faz presente, a falsa ideia de uma democracia racial no país e a presença de elementos da formação ideológica do sujeito (relações de poder, domínio da escrita e registro da história, efeitos de sentido *eugenistas*), pode-se ter a leitura de que Martins considera como etnia – válida e digna de ouvir suas proposições – as constituídas por raízes europeias, ficando os negros e indígenas, de fora do seu campo de comunicação.

Ele silencia esses povos, ignorando-os em seu discurso. O não-dito desse discurso é o que leva a fazer sentido no todo do manifesto; ele está presente, materializado, no silêncio que formula: todas as etnias são bem vindas, mas os negros não fazem parte dessas etnias.

A palavra **progresso**, junto a **ideal/ideaes** (*ideais*, grafia da época), colocadas cinco vezes, cada uma, no texto, apontam para parte das condições de produção, da formação discursiva, do contexto social e histórico em que o sujeito do discurso está localizado. Além do conceito de progresso que estrutura todo o pensamento do Manifesto Paranista, outros trechos do documento também fornecem elementos que se inscrevem, segundo Camargo (2007. p. 179), na mesma filiação dos sentidos produzidos pelas utopias totalitárias do início do século XX:

Paranista é aquelle que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma machina, dirigiu uma fábrica, compoz uma estrophe, pintou um quadro, esculpiu uma estatua, redigiu uma

lei liberal, praticou a bondade, illuminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. (MARTINS, 1927. p. 02)

Esse pensamento de redenção, progresso, trabalho e reforma está ligado a esse momento histórico em que o documento e o sujeito estão inseridos. Martins também usa termos religiosos no manifesto como “princípios da fé christã”, afirmando ser, esses princípios “communs á massa integral de nossa actual população”. O parágrafo citado anteriormente, somado com outros trechos retirados do manifesto como: “nós queremos raciocinar sobre realidades e não sobre abstrações da phantasia”, e a ideia de uma “nobilitação [enobrecimento] do trabalho” (falando da passagem do trabalho físico, para o trabalho intelectual no futuro do Paraná), abre um panorama de elementos e ideais que recriam sentidos que se revelaram nos discursos totalitaristas do século XX, como o nazismo, o fascismo, o autoritarismo. A análise desses conceitos, pontuados no Manifesto Paranista, alerta para a o Interdiscurso no texto: a teia de discursos, já assimilados e “esquecidos”, que formam o discurso (Orlandi, 1998. p. 30). O manifesto também cita a frase “ordem e progresso”, presente na bandeira do Brasil, e ideia central do Positivismo.

Fugindo da ordem decrescente de palavras/conceitos mais citadas para as menos citadas, é importante, nesse ponto, falar do conceito **liberal/liberaes** (liberais, grafia da época) que aparece na citação. Utilizado três vezes no texto, as citações diretas ao liberalismo são observadas em frases como “paranista é aquele que (...) redigiu uma lei liberal”, levantada à pouco, mas também em “sentimentos liberais”, “o ideal paranista (...) filho legitimo da brasilidade e integrador de todos os nossos ethnos sociaes no espirito novo e liberal dos nossos designios.”, falando de um ideal de futuro que se quer ligado à essa corrente.

As palavras **trabalho**, **civilização** e **futuro**, utilizadas quatro vezes, cada uma, no manifesto, juntas, suscitam efeitos de sentidos e memórias que dialogam com as formações discursivas e ideológicas anteriormente apresentadas e dão panorama geral das ideias contidas no texto, apontando novamente para o discurso das utopias totalitárias.

Analisando os efeitos de sentidos criados pela ideia de “nobilitação” do trabalho no futuro do Paraná, presentes na formação discursiva do Paranismo, aponta-se que o dito **trabalho** abre o não-dito que questiona qual o trabalho sobre o que o manifesto se refere; e a qual não se refere. Uma posição que reforça esse

sentido no texto é a convocação de “concidadãos capazes de **esforços uteis** á comunidade”, assim como a primeira definição de paranista, presente no texto: “Paranista é todo aquelle que tem pelo Paraná uma affeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de **actividade digna, útil** á collectividade paranaense”. Ao afirmar que existem esforços úteis à comunidade e atividades dignas e úteis, também se afirma que existam esforços inúteis e atividades indignas e inúteis. O discurso, assim, vai formando sua materialidade, que se efetiva em formações tais qual:

Quem vier a Curityba esperando ver uma cidade nos moldes das cidades históricas do paiz ou mesmo daquellas onde já penetrou determinado ethno adventício, terá uma perturbadora surpresa. A Capital do Paraná, originária de povoadores portugueses, hespanhões, indios e negros e seus mestiços e descendentes, até 1825 tinha realmente os característicos das demais cidades do sul do paiz. Dahi em diante, porém, entraram a constitui-a (*sic*) e a lhe encaminhar o progresso e a civilização, allemães e austríacos, depois franceses argelinos, suissos alemães, húngaros, belgas, suécos, irlandeses, hollandeses, russos, dinamarqueses, italianos, polacos, syrios, etc., realizando esse typo de cidade que ahi está (...) (MARTINS, 1927. p. 03)

Os efeitos do uso dos termos “até 1825” e “dahi (grafia da época) em diante”, criam uma cisão de tempo, historiográfica, característica dos grandes acontecimentos e rupturas históricas, dividindo a história de Curitiba, segundo o autor, em: antes de 1825 e depois de 1825. Antes de 1825: povoadores portugueses, espanhóis, índios, negros e seus mestiços; Curitiba **histórica**, efeitos de sentidos que remetem a **passado**, “as características das demais cidades do sul do país”. Depois de 1825: **progresso** e **civilização** trazidos por alemães, austríacos, franceses, suíços, húngaros, belgas e outros povos do continente europeu. A palavra progresso (junto a palavra ideal/ideais), associada a esses povos no texto, é o segundo termo mais utilizado no manifesto; a palavra civilização (junto com as palavras trabalho e futuro) é o terceiro termo mais citado no texto. Todo o “trabalho útil”, portanto, refere-se ao trabalho do europeu, que entrou posteriormente no país, e que foi útil no sentido de gerar o “progresso” e a “civilização”.

Essa análise é ratificada na continuação do texto, em que Martins conta o que “nos restam” do “antigo ethno lusitano e sua mestiçagem”: a ascendência histórica, a língua, os sentimentos generosos e a fé cristã. Já o “ typo ethnico nacional em terras do Paraná” do futuro, segundo o autor, seria a soma da eugenia (melhora da espécie) das raças que compunham o Paraná da segunda formação de

imigrantes europeus, acrescida dos “sentimentos altos e generosos de nossa primeira formação histórica”, para criar o “tipo ideal do paranista” exemplar de “beleza física e moral”.

Partindo das questões levantadas nesta etapa pela análise discursiva do Manifesto Paranista, se investigará, através de pesquisa qualitativa, possíveis ressonâncias desse discurso na atualidade: a cidade de Curitiba quase um século depois da publicação do manifesto.

2.4 Ontem e Hoje: reflexões sobre as consequências do Paranismo no fazer artístico popular hoje

O Paranismo, na perspectiva de Camargo (2007) e Batistella (2012), cria o discurso oficial e o mito fundante do Paraná. Ele é assumido pela historiografia do estado, ensinado nos livros didáticos, está presente na arquitetura e nos monumentos de sua capital.

Em análise discursiva, o Manifesto Paranista aponta para uma legitimação da contribuição dos povos europeus para uma “boa formação” do Paraná e silencia a contribuição e o fazer dos povos negros vindos de África. Uma relação com esse aspecto ideológico pode ser estabelecida por meio de dois exemplos no setor das artes paranaenses. O Teatro Guaíra, maior teatro do Paraná, mais importante instituição pública paranaense direcionada às artes e um dos símbolos do turismo da cidade de Curitiba, realiza anualmente o Festival Folclórico de Etnias do Paraná, realizado pela Associação Inter-étnica do Paraná (AINTEPAR), apoiado pelo Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Cultura. O festival realizou em 2015 a sua 54ª edição e, segundo o site da associação, “desde 1974 a AINTEPAR promove grupos folclóricos do Paraná com a intenção de motivar a preservação das características culturais dos imigrantes que se estabeleceram no estado”. No site também consta a programação da 54ª edição do festival de 2015 e os grupos filiados à associação: dos 18 grupos artísticos étnicos presentes, 15 grupos são de etnias europeias, as outras três são compostas por uma associação nipo-brasileira, um grupo folclórico boliviano e um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Não existe nenhuma representatividade de manifestações artísticas de etnias indígenas ou de matriz afro-brasileira ou abertura para grupos artísticos dessa ordem e, dessa forma, a concretização dos processos de invisibilização desses povos se mantém ativa e

vigente.

Na contramão dessa lógica criada em torno da formação do estado do Paraná, uma pesquisa, realizada entre os anos de 2005 a 2010, do Grupo de Trabalho Clóvis Moura – resultado da luta dos movimentos negros do estado –, órgão ligado ao Governo do Paraná, registrou mais de 86 comunidades tradicionais negras e remanescentes de quilombo no estado, contrariando a história oficial do estado e reafirmando a presença negra na formação do Paraná. Na cidade da Lapa, município da região metropolitana de Curitiba, também existem marcas da presença negra no estado do Paraná, uma manifestação cultural secular de origens africanas: a Congada da Lapa. Segundo o site da Prefeitura Municipal da Lapa (acesso em 23 de Maio de 2016), “a única Congada (manifestação folclórica dos descendentes de escravos negros) ativa no Paraná.”. Segundo Nascimento (2009), mesmo tendo papel fundamental na formação econômica e cultural do município da Lapa, “os congadeiros são alvos de preconceito devido à sua cor da pele; e os próprios católicos devotos de São Benedito [santo homenageado na Congada], desconhecem a origem da dança e não a apreciam quando é apresentada”.

A partir da análise discursiva do Manifesto Paranista e das questões levantadas por ela, optou-se por realizar uma pesquisa de opinião, qualitativa, com quatro artistas da cidade de Curitiba que têm seu fazer artístico ligado à estética e à pesquisa das culturas populares. Essa pesquisa, no formato de entrevistas, tem o objetivo de suscitar reflexões e compreender se ainda existem ressonâncias do legado paranista hoje e como esse legado se relaciona com o fazer artístico desses grupos. Os entrevistados foram os seguintes:

Itaércio Rocha, nascido em Humberto de Campos, no Maranhão, está em Curitiba desde 1984. É ator bonequeiro, músico, carnavalesco e pesquisador de culturas populares. Formado em Educação Artística com habilitação em Artes Cênicas pela Faculdade de Artes do Paraná e especialista em Estudos Contemporâneos em Dança pela Universidade Federal da Bahia e Faculdade Angel Vianna. É fundador do grupo Mundaréu, criado em 1997 na cidade de Curitiba, que trabalha, dentro das estéticas populares, com música, teatro, dança e bonecos, entre outras linguagens. A escolha se fez pela importância direta do grupo na difusão e na retomada do popular na cidade de Curitiba, influenciando a criação de diversos movimentos populares e grupos culturais da cidade.

Vinícius de Azevedo, nascido em Niterói, no Rio de Janeiro, está em Curitiba desde 2011. É arte-educador, artista visual e narrador de histórias. Formado em Escultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em Educação pela Universidade de São Paulo. Faz parte da bateria do bloco pré-carnavalesco de rua Garibaldi e Sacis, formado por artistas de várias áreas e que, desde 1999, agita as ruas nos domingos que antecedem o carnaval. O Garibaldi e Sacis se tornou um fenômeno na cidade e teve um crescimento expressivo, ano a ano, levando, em 2016, 40 mil foliões para as ruas.

KaNêga Santos, nasceu e reside em Curitiba. É musicista, atriz, brincante e pesquisadora de culturas populares. Formada em Artes Cênicas pela Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná e em Musicoterapia pela Faculdade de Artes do Paraná. É fundadora, pesquisadora e diretora artística do Grupo Baquetá, criado em 2009 na cidade de Curitiba, que trabalha com música, teatro e dança com foco nas manifestações culturais indígenas e negras. Iniciou seus estudos sobre racismo no grupo Nuspartus e sobre o Paranismo quando entrou para o mestrado em Antropologia pesquisando Candomblé e Intolerância Religiosa na cidade de Curitiba, no ano de 2013. Além disso, a escolha da artista se dá pela representatividade de uma mulher negra curitibana no lugar de fala.

Léo Cruz, nascido em Goio-Erê, no Paraná, está em Curitiba desde 2011. É arte-educador, bailarino e pesquisador de danças de matrizes africanas, danças brasileiras e dramaturgias para mulheres negras. Graduando em Dança pela Faculdade de Artes do Paraná. Leonardo é quilombola e foi bailarino do Kundun Balê, importante grupo paranaense de música e dança-afro da Comunidade Quilombola Paiol de Telha, de Guarapuava, no Paraná.

Visando um norte para as entrevistas, foram realizadas três perguntas aos artistas convidados:

- 1) Você conhece o Manifesto Paranista? Caso conheça, o que sabe sobre ele?
- 2) Existe um trecho no manifesto que destaca a eugenia racial (leitura do trecho). Como interpreta essa afirmação, levando em conta que isso foi escrito em 1927?
- 3) Em algum momento você sente dificuldade no trabalho com seu grupo artístico, por ele representar uma cultura do povo (negros, indígenas e pobres)? Quais momentos?

As entrevistas foram realizadas individualmente, no período de 05 a 16 de maio de 2016, de forma presencial e em lugares públicos centrais da cidade de Curitiba – excetuando-se a entrevista com KaNêga Santos, que no período citado, estava na cidade de São Paulo e enviou seus áudios por telefone celular.

Existe uma grande dificuldade em acessar o Manifesto Paranista: nenhum dos artistas entrevistados teve a oportunidade de ler o documento. Nesta presente pesquisa também houve, inicialmente, dificuldade neste acesso. Os autores que tratam de assuntos relacionados ao manifesto utilizam citações, mas não trazem o documento em sua integralidade. No setor de Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, existe o documento presente no *Jornal Gazeta do Povo* de 27 de Janeiro de 1928 (ano seguinte da primeira publicação no *Programa Geral do Centro Paranista*), porém apenas em microfilme já bem deteriorado, impossibilitando sua reprodução. O acesso a esta pesquisa foi realizado pelo professor Geraldo Leão de Veiga Camargo, que forneceu o documento digitalizado com o qual trabalhou em sua tese de doutorado, que serviu como fundamentação teórica sobre Paranismo para esta pesquisa.

Dos quatro artistas entrevistados, apenas KaNêga Santos estudou e teve um aprofundamento das questões do Paranismo, como decorrência de sua pesquisa sobre Candomblé e Intolerância Religiosa em Curitiba. Embora todos tivessem conhecimento sobre o que foi o movimento e sua influência na construção do estado, os outros artistas admitiram conhecer apenas o que ouviram de outras pessoas. KaNêga assume, inclusive, com espanto, que mesmo criada em Curitiba, só foi ouvir falar do Paranismo aos 25 anos de idade, durante o mestrado. Pode-se perceber que, mesmo entre as pessoas envolvidas com arte e/ou militância negra, poucos conhecem o Paranismo, embora todo seu legado esteja intrínseco às questões artísticas e políticas do estado.

As questões do Paranismo como um movimento restrito a uma parcela da sociedade, a objetivação da criação de um Paraná embranquecido e europeu, e o silenciamento da presença negra no estado foram levantadas por todos os entrevistados. Léo Cruz afirma que sua família foi, e ainda é, vítima dessa lógica de embranquecimento do estado. “A minha comunidade quilombola foi ejetada do território nessa segunda leva de imigrantes alemães, que vieram fugidos da segunda guerra mundial. Tiveram aqui, expropriaram nossas terras”, afirma o artista. Itaércio e Vinícius também acusam o interesse do estado pelas colonizações europeias,

como forma de embranquecer a população paranaense.

KaNêga e Itaércio destacam que esse legado paranista se propaga através da educação. Para os entrevistados, o ensino da história oficial com essa ideia de um estado branco serviu de ferramenta para a manutenção desse pensamento. KaNêga cita a dissertação de mestrado da professora Janeslei Albuquerque (2003), *O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba: imaginário, poder e exclusão social* e diz também, em sua educação básica nos anos 90, lembrar de similares das *Lições Curitibanas*, cadernos que traziam ensinamentos sobre o estado na visão paranista, hinos e canções dedicadas ao pinhão, gralha azul e outros símbolos do Paranismo. No contraponto disso, Itaércio afirma um total interesse em manter silenciadas as culturas populares do próprio estado. Na entrevista, Itaércio conta de uma experiência com professores e professoras de arte da rede pública de ensino – mais de duzentos professores e professoras – quando perguntados sobre canções do fandango caiçara paranaense, nenhum deles souberam cantar uma única canção ou trecho de alguma canção. “As pessoas não sabem, a juventude não sabe, os mais velhos não sabem, os professores de arte não sabem!”, indigna-se Itaércio, “Isso é criminoso! Isso é criminoso (...). Isso foi formado. É construção”. KaNêga lembra também que esse legado se perpetua na arquitetura e nos monumentos levantados para valorização dos povos europeus, sempre nos cartões postais e praças centrais da cidade, em detrimento dos espaços negros da cidade, como a Sociedade Treze de Maio, Praça Zumbi dos Palmares – lugares desconhecidos por grande parte da população curitibana – e a Igreja do Rosário dos Pretos no Largo da Ordem, levantada pela população negra da Curitiba do século XVI, que teve sua fachada derrubada e construída em estilo europeu neocolonial.

Sobre as questões de eugenia racial, os artistas compreendem ser o pensamento vigente da época, mas questionam que essa ideia tenha se esgotado ou esteja presente apenas no passado. As questões de racismo velado surgem quando se olha para esse passado eugenista e para a situação atual do negro na cidade de Curitiba. Léo Cruz afirma que, na dança, o balé em específico, tudo que é característico das pessoas negras (cabelo crespo, religiões de matriz africana, traços, cor da pele) é visto com incomodo e que os bailarinos negros, aos poucos, vão se moldando, raspando seus cabelos crespos, não se assumindo ou se identificando como um artista negro, porque, segundo ele, “o neutro é ser branco, o normal é ser branco”. Em uma experiência de estágio na Escola de Dança Teatro

Guaíra – onde, segundo ele, existem pouquíssimas alunas negras – Léo presenciou cenas problemáticas: adolescentes que às vésperas dos espetáculos, mesmo no verão, só usavam roupas que cobrissem todo o corpo “pra não tomar sol, pra não ficar preta”. As meninas revelaram a ele que não podiam tomar sol “pra não ficar preta, porque o espetáculo tava chegando!”, e conclui “A pele que tem que ser apresentada no espetáculo de dança do Teatro Guaíra é a pele branca. É muito problemático, isso é muito cruel”.

KaNêga Santos inferiu também que “a eugenia, assim como esse mito da democracia racial no Brasil, estão bem vivos e vigentes sim (...) E, infelizmente, ele [trecho do manifesto sobre eugenia] mostra o Paraná de 1927 e o Paraná de 2016”; ela afirma ter sofrido racismo não só em sua formação escolar, como também na vivência na universidade. “Sofri preconceito a vida escolar toda. As crianças associavam meu cabelo crespo a malcuidado e achavam que eu fedia, me chamavam, de forma pejorativa, de 'neguinha de favela'”, conta, e depois na vida adulta “desde que eu entrei na faculdade até hoje, quase que diariamente as pessoas perguntam se eu sou baiana. Porque 'não existe preto em Curitiba'. As pessoas ficam admiradas”, conclui.

Essa visão de uma Curitiba branca, desejada pelos paranistas, silencia as populações negras existentes e produtoras de arte no estado, lembra Itaércio. “A Lapa mesmo ainda tem muitos remanescentes de quilombo, que produzem sua cultura, há mais de um século, lá”, falando sobre a Congada da Lapa, ou da Família Ferreira, “porque a Lapa, em si, cuida do grande panteão das batalhas militares ocorridas naquela região, disso a Lapa toma conta. Mas a Lapa não toma conta da congada, não cuida da congada. Então essa congada é na verdade da família Ferreira”. Itaércio atribui aos irmãos Ney e Miguel Ferreira, da família negra Ferreira, da Lapa-PR, o cuidado para que os saberes e conhecimentos da Congada não se percam.

Vinícius lembra que essa busca pela pureza também tem forte ressonância na arte. “Essa expressão de uma pureza ligada ao bom, ao melhor. Ela não só se mantém até hoje, como ela se aprofundou e se disseminou, na medida em que ela perdeu a identificação com o discurso [eugenista]”, diz Vinícius, “essas discussões todas não estão mais diretamente relacionadas com esses discursos, mas elas estão absolutamente presentes no imaginário”.

A terceira pergunta norteadora trata das questões das dificuldades em se

trabalhar com estética e pesquisa em manifestações das culturas de povos negros e indígenas no Paraná. Todos os entrevistados afirmaram enfrentar bastante dificuldade no trabalho com essas questões por variados motivos.

O Grupo Mundaréu, segundo seu fundador Itaércio Rocha, durante sua existência (o grupo encerrou atividades em 2015) sempre foi visto como um grupo “estrangeiro”, de fora, que “fazia arte nordestina, 'folclore' nordestino. Por mais que a gente justificasse que não”. Itaércio lembra que, quando o Mundaréu estava apresentando o espetáculo *Guarnicê*, sobre as manifestações populares do boi, presente em todo Brasil, diziam que eles estavam fazendo bumba-boi do Maranhão ou boi do Nordeste. “Não, gente, nós estamos trabalhando com boi do Brasil inteiro. Quando eu fui fazer as contas, 40% do *show* era Boi de Mamão [manifestação popular do Paraná e Santa Catarina], o resto tava dividido entre Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão e Amazonas”, afirma, “o pesado mesmo era Maricota, Bernúnça, Cabra [personagens do boi de mamão do Paraná], que é tudo daqui!”.

Mesmo com maioria de integrantes nascidos e criados no Paraná, o Grupo Baquetá também raramente é reconhecido como um grupo do estado. Ao final das apresentações, frequentemente surge a pergunta: “de onde vocês são?”. Essa falta de identificação da população paranaense, recorrente nos dois grupos artísticos, para Vinícius Azevedo, acontece de forma intencional. “O Paraná tem um monte de manifestações de arte popular e que são abafados pelo poder público, né. Não vou chamar poder público, que acho que não é uma questão de poder público. São abafados por uma elite dominante”, afirma. Vinícius é professor da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), e, ao trabalhar com o documentário *Breve panorama da cultura popular no Paraná*, ele relata que frequentemente percebe uma grande surpresa por parte das turmas, quando ele conta “que no Paraná sempre teve carnaval, que no Paraná tem bumba-boi [boi de mamão], que no Paraná tem congada, que no Paraná tem fandango”.

Quanto às políticas públicas (editais, mecenato, leis de incentivo e de fomento) que subsidiam propostas artísticas ou de arte-educação, todos os entrevistados apontam falhas e/ou discriminação. Léo Cruz, por exemplo, afirma que não pôde inscrever seu projeto de dramaturgias para mulheres negras em um edital da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por falta de um órgão responsável por questões de igualdade racial em Curitiba que o representasse. “A gente tá perdendo políticas públicas que são de incentivo e

reparação social à comunidade negra, por uma falta de gestão pública de Curitiba. Por déficit na gestão”, afirma.

Itaércio afirma que o Mundaréu trabalhou bastante com projetos via políticas públicas, “mas sempre que a gente aprovou projeto, a gente aprovou no campo do folclore. A gente nunca conseguiu entrar na rubrica do teatro, da dança ou da música”. O artista confessa sentir uma atitude discriminada por parte das comissões julgadoras desses projetos, “não é música, não é teatro, não é dança, é folclore! Isso já é uma coisa menor, entendeu? O popular não faz arte, quem faz arte é quem vai pra academia”, embora a atitude discriminada não faça sentido, já que o grupo se compôs, em sua formação, por artistas formados na Faculdade de Artes do Paraná.

“Um desafio, por exemplo, você ser aprovado num edital. Quando você é aprovado, você passa por todos os tipos de dificuldades por motivos racistas”, lembra KaNêga, falando sobre as dificuldades na organização da 1ª Mostra de Cultura Afro da Praça Zumbi dos Palmares, contemplada por um edital da cidade. “Um dia antes [do evento] a gente mesmo foi lá com vassoura, fez um mutirão e limpou a praça, porque a galera [empresa responsável] não foi limpar”. KaNêga lembra também que quando repensou atitudes e assumiu sua militância no Grupo Baquetá, aumentaram as dificuldades. “Porque você se posicionar enquanto militante negro, a favor das causas indígenas, falando do povo pobre”, segundo ela, “faz com que você não consiga entrar em muitos espaços. Infelizmente, a gente não consegue entrar nem em muitas escolas particulares. Porque o conservadorismo das escolas ainda assusta”. Ela aponta que os espaços tratam de maneiras diferentes os artistas negros que trabalham com cultura afro e os artistas brancos que trabalham com isso: “o branco que fala disso, que tá trabalhando cultura afro, é mais aceito do que o preto”.

Léo Cruz afirma que seu fazer artístico dentro da academia é deslegitimado por estar associado à militância. “A gente, além de tudo, é dissociado desse conhecimento. [Na lógica colonizada da academia] O que eu faço não é conhecimento, não gera conhecimento. Gera algo para a militância”, comenta. “Esse lance da produção artística relacionada a questões raciais é sim uma questão de militância, mas também é sim a capacidade da nossa organização, da nossa reestruturação, da nossa resistência aqui hoje”; o estudante de dança vê nesse “jogo” entre militância e arte, a chance “de propor práticas que sejam efetivas e que nos representem. Porque o que está posto não nos representa”.

Assim, os quatro entrevistados terminaram a entrevista demonstrando que consideram as questões referentes ao Paranismo, relatadas no manifesto aqui apresentado, ainda influentes nas questões relativas às artes neste estado e, de forma unânime, mostraram não se conformar com essa situação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A versão paranista da constituição do Paraná, como a história oficial, é escrita por uma classe específica – que tem acesso aos meios de legitimação dessa visão, domina a escrita e as formas de registro – e tem benefícios restritos a essa parcela da sociedade. O pensamento totalitarista emergente da época, presente no Manifesto Paranista, está datado no início do século XX, mas se arrasta até os dias de hoje no discurso da cidade de Curitiba.

Analisar o discurso do Manifesto Paranista foi fundamental para compreender a ideologia e os silenciamentos presentes no movimento, e, a partir das questões levantadas em análise, construir reflexões sobre suas ressonâncias nos dias atuais. As considerações feitas pelos artistas entrevistados traçaram um panorama que trouxe à tona questões de invisibilização não só da população negra, como do seu fazer artístico e de sua presença no estado, ainda nos dias de hoje.

Os relatos colhidos nas entrevistas demonstram que uma parcela considerável de paranaenses não conhece as culturas populares do seu estado. O Grupo Mundaréu e o Grupo Baquetá, segundo os artistas entrevistados, são constantemente questionados sobre a origem dos integrantes e os conteúdos dos seus espetáculos: para o senso comum paranaense, a manifestação de cultura popular é nordestina. Sob essa forma de pensar, outras formas populares de expressão artística – e, conseqüentemente, povo (negros e índios) – pertencem a outras regiões do Brasil. Aí se observa uma relação com a identidade criada e historiografada por Romário e Wilson Martins, de “um Brasil diferente”, que segue em manutenção no estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba: planejamento urbano, poder e exclusão social. In: *Anais do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferença, mediações*. Universidade Federal de Santa Catarina, abril de 2003. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/html/305-of10a-st1.html>> Acesso em: 23 abril. 2016.
- BARROSO, Ana Beatriz de Paiva. *A Mediatização da Arte*. Tese (Doutorado Teorias e Tecnologias da Comunicação). Universidade de Brasília - Faculdade de Comunicação. Brasília, 2007.
- BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. In: *Revista Eletrônica História em Reflexão*. Vol. 06. N° 11 – UFGD – Dourados. Jan/Jun. 2012.
- CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953)*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2007.
- GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo; política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra. 1997
- IURKIV, José Erondy. *Romário Martins e a historiografia paranaense*. Educere, Toledo, UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002.
- MARTINS, Romário. *Paranismo: Mensagem ao Centro Paranista*. Curitiba: Centro Paranista, não datado, c. 1927.
- NASCIMENTO, Cláudia Bibas do. *Múltiplos olhares sobre a presença negra na Lapa – Paraná: história e arqueologia (século XIX e XX)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2009.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1998.

_____. *As forma do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. O discurso. *Estrutura e acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

SANTIAGO, Jorge. *O lado clandestino da cidade brasileira. Uma historiografia reticente aos conflitos étnicos*. In: *Anuário Americanista Europeo*. 2003. Disponível em <<http://www.red-redial.net/revista/anuario-americanista-europeo/article/viewFile/63/48>>. Acesso em: 22 abril.2016.

SOUZA, Maurini; SILVA, U. C. *O MST no Jornal Hoje uma análise discursiva*. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, v. 55, p. pdf, 2013.

ANEXOS

Anexo A – Manifesto Paranista, 1927 (Transcrição tal-qual o documento)

PARANISMO MENSAGEM DO CENTRO PARANISTA

O CENTRO PARANISTA é a mais vasta e alevantada contribuição de ordem social que a iniciativa particular tem ideado e tentado organizar no Paraná.

Sua eficiencia depende da collaboração de todos os nossos valores sociaes representativos do trabalho, de todos os nossos concidadãos capazes de esforços uteis á comunidade.

Não queremos a adhesão dos incapazes nem dos egoístas. Elles são os entraves do progresso e da civilização – o peso morto da humanidade.

Também não solicitamos dos nossos concidadãos apenas a cooperação pecuniaria, mas também e sobre tudo a collaboração moral, intelectual e civica. Quem não tiver pelo Paraná uma sincera affeição e não fôr capaz de um esforço pelo seu progresso, não deve se alistar entre os sócios do CENTRO PARANISTA.

PARANISMO

Mensagem ao Illustre Republico Paranista, Dr. Affonso Camargo

Paranista é todo aquelle que tem pelo Paraná uma affeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de actividade digna, útil á collectividade paranaense.

Esta é a accepção em que o neologismo, si é que é neologismo, é tido por esse nobre movimento de idéas e iniciativas contidas no Programa geral do <<Centro Paranista>>.

Associação de amigos do Paraná, o <<Centro Paranista>> tem por objectivos o estudo, o estímulo, a realização de tudo quanto concernir ao conhecimento, ao progresso, á civilização do Estado. Dentro dessa ordem de idéas e nessa orientação, consequentemente se desdobram, para todos os horizontes de nossas actividades theoricas e praticas, finalidades altas e magnificas que

constituem o ideal <<paranista>>, filho legitimo da brasilidade e integrador de todos os nossos ethnos sociaes no espirito novo e liberal dos nossos designios.

Paranista é aquelle que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma machina, dirigiu uma fábrica, compoz uma estrophe, pintou um quadro, esculpiu uma estatua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, illuminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore.

Paranismo é o espirito novo, de elance e exaltação, idealizador de um Paraná maior e melhor pelo trabalho, pela ordem, pelo progresso, pela bondade, pela justiça, pela cultura, pela civilização. É o ambiente de paz e de solidariedade, o brilho e a altura dos ideaes, as realizações superiores da intelligencia e dos sentimentos.

Nós que aqui estamos nos esforçando por fazer germinar e florir e fructificar esse ideal entre as gentes que estão povoando e affeiçoando aos surtos de uma maior grandeza este trecho lindo e dadivoso das terras de nossa Pátria, - pretendemos que o <<paranismo>> seja a fé constante nas nossas realizações, a confiança no nosso futuro, a ufanía do nosso passado, o dynamismo da nossa vitalidade, o heroismo pacifico do nosso trabalho, a confraternização dos nossos elementos sociaes de todas as origens, para a formação desse espirito de brasilidade que nos ha de salvar de nós mesmos.

Os estados cosmopolitas como o nosso, povoados pela imigrações, vão construindo sua sociedade por agrupamentos entre si distinctos pelas tradições, pelos costumes, pelas tendencias espirituaes e sentimentaes, pelo pensamento e pela linguagem, seguindo os traços característicos de suas origens ancestraes.

Nós estamos nessa situação.

Nossa sociedade, unida por direitos e deveres civis e políticos e por uma certa comunidade de interesses, se subdivide em nucleos de sentimento e mentalidade consoante as origens de cada grupo ethnico de que se constitue.

Um sociólogo teria em nosso meio um campo interessantissimo de estudos em numerosos grupos de nossa população, distinctos entre si.

Sem sahir de Curityba, teria a seu dispôr materiaes ethnographicos para estudar a diversidade de usos e costumes, de temperamento e de caracter, de intelligencia e de imaginação, que nos fazem a sociedade mais cosmopolita do Brasil. Quem vier a Curityba esperando ver uma cidade nos moldes das cidades

históricas do paiz ou mesmo daquellas onde já penetrou determinado ethno adventício, terá uma perturbadora surpresa. A Capital do Paraná, originária de povoadores portugueses, hespanhóes, indios e negros e seus mestiços e descendentes, até 1825 tinha realmente os característicos das demais cidades do sul do paiz.

Dahi em diante, porém, entraram a constituil-a (*sic*) e a lhe encaminhar o progresso e a civilização, allemães e austríacos, depois franceses argelinos, suissos alemães, húngaros, belgas, suécos, irlandeses, hollandeses, russos, dinamarqueses, italianos, polacos, syrios, etc., realizando esse typo de cidade que ahi está, cujos característicos não se ajustam em conjuncto, mas se agrupam em nucleos distinctos segundo as suas correspondentes cepas ancestraes.

Da parte do antigo ethno lusitano e de sua mestiçagem, restam-nos a ascendencia histórica, a língua grammatical, official e acadêmica, e, graças aos Céos! os sentimentos fundamentaes affectivos, generosos e liberaes, a agilidade mental, o amor á liberdade, os principios da fé christã, aliás felizmente communs á massa integral de nossa actual população.

O que havemos de ser no futuro ainda distante, como typo ethnico nacional em terras do Paraná, não se resolve com as cogitações da hora presente, nem siquer o adivinham as previsões thaumaturgicas dos sociólogos. Seremos <<o que houvermos de ser, tranquillamente, sem espèques nem anteparos ridiculos>>. Diante do futuro, escreveu João Ribeiro, <<estamos como aquele pintor inepto de que fala Cervantes no *D. Quixote*, o qual não sabia bem o que lhe dariam os pincéis e a palheta.

– <<*Que é que V. mercê está pintando? É uma onça ou uma pessoa?*>>

– <<*Eu mesmo não sei, (respondeu elle). É o que sahir*>>

Creemos nós, porém, para satisfação do nosso amor ao Brasil e ao Paraná, que das matrizes ethnicas do paranaense de hoje não sahirá a onça, mas o homem: o paranaense do futuro, com o eugenia de todas as raças e com os sentimentos altos e generosos de nossa primeira formação histórica, para pôr ao serviço da humanidade todas as immensuraveis forças e riquezas naturaes do nosso territorio e realizar o typo ideal do paranista, – da vontade realizadora, da cooperação fraternal, da cultura generalizada, da belleza physica e moral, – de um Paraná erguido no ápice de sua própria grandeza.

Nós queremos raciocinar sobre realidades e não sobre abstrações da

phantasia. Precisamos criar comunicantes entre os tão variados agrupamentos ethnicos que formam a nossa actual sociedade, e esses comunicantes hão de ser a facilitação e a nobilitação do trabalho, a educação dos espiritos e dos sentimentos, o asceno de interesses de ordem geral despertando desejos honestos e aspirações legítimas, a fraternização dos ideaes, as conveniencias regionaes bem entendidas e generalizadas.

Nós todos que constituimos a sociedade paranaense, sem distincção de origem, somos depositários da belleza e da riqueza e os responsáveis pelos destinos desta grande e generosa terra do Paraná. Em nada importam as nossas origens ethnicas; o que importa aos nossos e aos interesses do Brasil e da Humanidade, é que a amemos com sinceridade e que irmanados a façamos prospera e feliz, porque é a nossa própria prosperidade e felicidade que assim estaremos edificando, – para nós todos e para todos os que hão de vir.

Pelo CENTRO PARANISTA
Romário Martins